

“ORE E LABORE”: o trabalho e a religião nos livros da Série Fontes na Educação Catarinense (1920-1950)

“ORA Y TRABAJA”:

trabajo y religión en los libros de la Serie Fontes en la Educación de Santa Catarina (1920-1950)

“PRAY AND WORK”:

work and religion in the books of the Fontes Series in Santa Catarina Education (1920-1950)

Nicholas Cardoso Gomes da Silva¹
<https://orcid.org/0000-0002-0981-7645>

Susane da Costa Waschinewski²
<https://orcid.org/0000-0002-9024-0539>

Resumo

Este artigo tem como foco a Série Fontes, livros de leituras usados oficialmente nas escolas do estado de Santa Catarina entre os anos de 1920 e 1950. A análise empreendida tem como objetivo problematizar narrativas em torno do trabalho e da fé como constituintes do perfil de um bom cidadão. Para tal, os procedimentos metodológicos envolveram a investigação em 394 textos dos quatro livros da Série Fontes — exceto a *Cartilha popular* —, dos quais 54 deles abordam ensinamentos religiosos. Os autores que subsidiam as discussões teóricas são Aragão e Freitas (2011); Auras (2008); Nosella (1981); e Prochnow (2009). As conclusões alcançadas permitem aproximações com a disseminação do projeto civilizador republicano nas escolas, inculcando e instruindo as crianças para o trabalho e a religião (católica) — desse modo, reproduzindo na sociedade o ideal do “bom cidadão”. Este estudo se insere no campo de pesquisa que reconhece nesses documentos valiosas fontes/objetos para a História da Educação, pois ajudam a estabelecer

¹ Doutorando no Programa de Pós-Graduação em Educação (História e Historiografia da Educação) pela Universidade do Estado de Santa Catarina - UDESC. Membro do grupo de pesquisa em Cultura Impressa e Digital (GP-CiDi) - UDESC e do Grupo de Estudos e Pesquisas da História da Educação Catarinense: GEPHEC/HISTEDBR-SC UNISUL – Fundação Universidade do Sul de Santa Catarina. E-mail: nicholascardoso1@gmail.com

² Doutora pelo Programa de Pós-Graduação em Educação (História e Historiografia da Educação) da Universidade do Estado de Santa Catarina (UDESC). Membro do Grupo de pesquisa Arquivos Pessoais, Patrimônio e Educação e do Grupo de Estudos de História, Cultura Escrita e Leitura (GEHCEL/UDESC). E-mail: sucosta@unescc.net

Como referenciar este artigo:

SILVA, Nicholas Cardoso Gomes da; WASCHINEWSKI, Susane da Costa. “Ore e labore”: o trabalho e a religião nos livros da Série Fontes na Educação Catarinense (1920-1950). *Revista Pedagógica*, v. 24, p. 1-18, 2022. DOI <http://dx.doi.org/10.22196/rp.v24i1.6501>

novos olhares para as práticas de ensino presentes no cotidiano escolar, bem como a intencionalidade na constituição de comportamentos.

Palavras-chave: Educação catarinense. Série Fontes. Trabalho. Religião.

Resumen

Este artículo se centra en la Serie Fontes, lectura de libros de uso oficial en las escuelas del estado de Santa Catarina entre las décadas de 1920 y 1950. El análisis realizado tiene como objetivo problematizar las narrativas en torno al trabajo y la fe como constituyentes del perfil de un buen ciudadano. Para ello, los procedimientos metodológicos implicaron la investigación de 394 textos de los cuatro libros de la Serie Fontes — salvo la popular Cartilha —, de los cuales 54 abordan enseñanzas religiosas. Los autores que apoyan las discusiones teóricas son Aragão y Freitas (2011); Auras (2008); Nosella (1981); y Prochnow (2009). Las conclusiones alcanzadas permiten aproximaciones con la difusión del proyecto civilizador republicano en las escuelas, inculcando e instruyendo a los niños para el trabajo y la religión (católica) — reproduciendo así en la sociedad el ideal del "buen ciudadano". Este estudio es parte del campo de investigación que reconoce en estos documentos fuentes/objetos valiosos para la Historia de la Educación, ya que ayudan a establecer nuevas perspectivas sobre las prácticas docentes presentes en la vida escolar cotidiana, así como la intencionalidad en la constitución de conductas.

Palabras clave: Educación de Santa Catarina. Serie Fontes. Trabajo. Religião.

Abstract

This article focuses on the Fontes Series, reading books officially used in schools in Santa Catarina state between the 1920s and 1950s. The analysis undertaken aims to problematize narratives around work and faith as constituents of a good citizen profile. To this end, the methodological procedures involved the investigation of 394 texts from the four books of the Fontes Series — except for the popular Cartilha —, of which 54 of them address religious teachings. The authors who support the theoretical discussions are Aragão and Freitas (2011); Auras (2008); Nosella (1981); and Prochnow (2009). The conclusions reached allow approximations with the dissemination of the republican civilizing project in schools, inculcating and instructing children for work and religion (Catholic) — in this way, reproducing in society the "good citizen" ideal. This study is part of the research field that recognizes these documents as valuable sources/objects for the History of Education, as they help to establish new perspectives on the teaching practices present in everyday school life, as well as the intentionality in the behaviors' constitution.

Keywords: Santa Catarina education. Fontes Series. Work. Religion.

INTRODUÇÃO

A civilidade e o bom comportamento eram, segundo os textos dos livros de leituras da Série Fontes, preceitos requeridos para uma boa vida social. Suas narrativas pretendiam

tornar os estudantes cidadãos úteis à sua família, à pátria e à humanidade. Entendia-se que as crianças deveriam ser moldadas para serem obedientes, civilizadas e religiosas, portarem hábitos e atributos que precisavam estar no cotidiano de suas casas e no seu local de trabalho em um futuro próximo. Orar e trabalhar aparecem nessas narrativas como formas exclusivas de viver a vida e ter plena felicidade, além de atender aos padrões esperados pela sociedade em processo modernizador.

Tais livros da Série Fontes eram indicados ao Ensino Primário, da primeira à quarta série, no início do século XX, quando passaram a ser utilizados nas escolas de forma oficial por meio do Decreto nº 2.186, de 21 de julho de 1928 (TEIVE; DALLABRIDA, 2011, p. 29), para crianças dos seis aos dez anos, considerando apenas os estudantes sem distorção sériedade. Eles serviam para auxiliar no processo de ensino e aprendizagem, principalmente na compreensão de leitura, uma em cada dia da semana, e eram destinados à leitura e ao trabalho pedagógico voltado à lição.

Contudo, tais impressos estavam repletos de preceitos, constatando-se a eugenia presente nos textos, sendo lições que visam a mudanças na estrutura e à organização moral — e até física — das crianças que os liam. Para Nosella (1981, p. 113, grifos originais),

[...] o trabalho é, assim, um maravilhoso dever, que libera o homem de coisas ruins, como o tédio, o vício, a miséria, a vadiagem e o salva do grande perigo da “desocupação”, que gera, provavelmente, os vagabundos e os delinquentes: “quem trabalha vive feliz”.

Por outro lado, a Série Fontes, por ser um conjunto de livros distribuídos pelo Estado oficialmente entre os anos de 1920 e 1950, não seguia as determinações legais de laicidade já presentes no período. O autor da coleção, Henrique da Silva Fontes, em vários textos exalta essa questão como determinante para a formação do sujeito “honrado”. A questão moral e cívica tomou proporções grandes com a saída dos ensinamentos religiosos das escolas públicas brasileiras, passando a ser, segundo Doria (1919), a “religião da pátria”.

As coleções de livros de leituras do fim do século XIX e do início do XX tinham como propósito auxiliar na formação dos “cidadãos republicanos” atendendo às legislações, aos decretos, às normativas e aos ideais vigentes no período, porém a Série Fontes era controversa ao não atender ao art.72, § 6º, da Constituição de 1891, que estabelece o ensino leigo ministrado nos estabelecimentos públicos (BRASIL, 1891). Os livros de leituras que

compõem a Série Fontes, assim como as outras coleções congêneres, atendiam aos requisitos legais, exceto no que se refere à religião; este foi um dos diferenciais da referida série, que abordou diversos textos de cunho religioso, em especial os ensinamentos católicos.

Cabe ressaltar novamente que, mesmo não atendendo ao laicismo do ensino defendido pelos republicanos, os livros foram aprovados pela Comissão Nacional do Livro Didático. Os embates sobre ministrar a religião em ambientes escolares fizeram com que ressoassem discursos sobre o assunto em jornais e outros meios de comunicação da época. O próprio autor dos livros fez questão de defender o preceito religioso publicando artigos no seu próprio jornal (*A Época*, 12 junho de 1915 *apud* PROCHNOW, 2009). Tais questões do passado materializadas nesses livros provocam reflexões importantes sobre a educação e as tensões sofridas em diferentes momentos, ora representadas por instituições religiosas, ora pelo setor empresarial. Nesse sentido, a escrita deste artigo, após breve parte introdutória, é seguida pela análise e pelas problematizações em torno do trabalho e de suas representações narrativas especialmente pensadas para civilizar as crianças e atingir seus pais, tornando ambos públicos-alvo da Série Fontes. Dando continuidade, buscou-se capturar o discurso religioso como preceitos edificadores da fé e do bom convívio em sociedade. Por fim, reconhece-se nesses objetos do passado que, ao serem acordados, provocam indagações no e do presente. Colocam na superfície tensões em suas múltiplas temporalidades.

“LABORE”: A INSTRUÇÃO DAS CRIANÇAS AO TRABALHO E AS ATIVIDADES PRODUTIVAS

No início do século XX, a sociedade brasileira passou por mudanças significativas provocadas pelo novo momento político instaurado com a proclamação da República e pelo desenvolvimento urbano industrial, ambos iniciados nas derradeiras décadas do século XIX.

Dentre os importantes fatos econômicos, que marcaram os anos que antecederam a virada do século, salientou-se o primeiro surto industrial brasileiro, ocorrido entre os anos 1889 e 1898, que foi estimulado pelas tendências industrializantes da Primeira República (CUNHA, 2000, p. 277).

Segundo Cunha (2000, p. 278), “[...] em 1900 o país era dependente da monocultura do café, com a economia e a sociedade ruralizadas. [...] Na esfera mundial ocorria a prevalência do liberalismo associado ao expansionismo territorial”. Em relação à concentração industrial no Sudeste brasileiro, Xavier (1990) destaca que essa era a região do Brasil com maior contingente populacional, bem como a mais rica cultural e financeiramente. Sendo assim, justifica-se a concentração entre o Rio de Janeiro e São Paulo, estado que recebeu um grande contingente de imigrantes europeus, muitos com conhecimentos de técnicas industriais e de reivindicações sociais. Para Teive e Dallabrida (2011, p. 19):

O estado de São Paulo, diferenciado pelo vigor da economia cafeeira e pelo diferencial da mão de obra assalariada da massa imigrante, incrementou a industrialização, tornando-se o estado mais empreendedor e rico da federação brasileira. No campo educacional, os republicanos paulistas implantaram reformas com o intuito de construir um inédito sistema de ensino que contribuísse, de forma decisiva, com a produção do cidadão idealizado pelo novo regime político.

Distante do eixo cafeeiro, Santa Catarina estava marginalizada, demográfica e economicamente falando, pois não produzia culturas tão lucrativas (CUNHA, 2000). Essa situação não uniforme entre as unidades federativas é decorrente de uma situação que coloca o Brasil frente a duas realidades, “faces de uma mesma moeda”: em um ponto, a “[...] realidade interna, cujas estruturas econômicas, políticas e sociais se transformaram, absorvendo as transformações do capitalismo mas impedem a integração nacional”; do outro lado, existe a “[...] realidade externa da dominação que estimula a modernização mas impede a conquista de um desenvolvimento auto-sustentado”. Porém, um aspecto que chama atenção é o interesse dos “[...] grupos sociais que detêm o controle do poder no país são tão responsáveis por essa situação e estão tão interessados na sua manutenção quanto os grupos externos que dela tiram proveito” (XAVIER, 1990, p. 53-54).

Nesse cenário, o estado catarinense busca se estabelecer em ações, com o objetivo de se ajustar ao processo nacional de incentivo à industrialização e urbanização, investindo assim em medidas que buscavam dar organicidade e formas aos vilarejos que compunham Santa Catarina. É importante destacar que nacionalmente esse processo também ocorria de forma incipiente, com adaptação ao modelo econômico mundial, sendo que o constante

e acelerado processo industrial é visto pelos dirigentes como necessário para o país. Santa Catarina tinha por base econômica a agricultura e o comércio de subsistência, típicos das regiões rurais como muitas do Brasil da época, e, por isso, carecia de modificações para estar coerente com o modelo nacional em curso. Via na educação um meio possível para incumbir tais mudanças, constituir princípios desse novo modelo. Tais enunciações podem ser observadas nas palavras de Prochnow (2009, p. 23):

É neste contexto que o projeto republicano de reforma (econômica, social e política) do país vinculou-se estreitamente ao projeto de reforma educacional. A instrução pública, como era definida no período, começou a ser percebida como provedora da educação e civilização das massas, bem como da nacionalização das camadas de imigrantes que chegavam ao Brasil. Pela educação e instrução das crianças, buscava-se alcançar a mudança cultural da sociedade como um todo. Para tanto, no intuito de garantir a instrução de todos e a disseminação de novos valores, o Estado instaurava diversas leis e decretos que estabeleciam a gratuidade e a obrigatoriedade do ensino nas escolas públicas.

Nessa sociedade em curso, que almejava viver o sonho modernizador, era necessário deixar para trás muitos aspectos do meio rural, que passou a ser visto como atraso, sendo preciso se tornar moderno e industrial, abandonar as velhas oligarquias. Nesse sentido, Auras (2008, p. 94) considera que:

A instituição escolar passa a ser, então, considerada como uma verdadeira máquina de civilização, um instrumento de regeneração da cidade, de coesão social, de moralização, higienização e de civilização das classes subalternas e, evidentemente, um instrumento para a estabilização do novo regime, uma vez que com a instituição do sufrágio universal o Estado passou a necessitar de cidadãos que soubessem não apenas ler e escrever, mas compreender, pensar e agir de uma nova forma, de modo a tornarem-se cidadãos produtivos ao capitalismo e patriotas.

Em outras palavras, o processo de escolarização das camadas mais populares permitiria a incorporação de hábitos e preceitos republicanos por essas classes menos abastadas. “Inspirado no modelo educacional dos países europeus, seria possível implantar uma escola racionalizada e padronizada, ao fixar tempos e espaços escolares, e conferir à educação a importância até então inexistente perante a população” (PROCHNOW, 2009, p. 23).

De modo geral, objetivava-se incentivar a trabalhar e governar, ao mesmo tempo civilizar as crianças e atingir os pais, os familiares e os que, de alguma forma, tinham

contato com os que estavam em processo de escolarização. Se a escola passa a ser considerada como importante espaço nesse projeto modernizador, surge a necessidade de adaptação e melhoramento dos espaços escolares em âmbito nacional. No caso de Santa Catarina, assim como de outros estados da República, elabora-se uma reforma educacional com uma série de medidas, entre elas a adoção de livros didáticos e de leituras complementares com preceitos ideológicos que conduziam a esse processo vivido.

É nesse contexto que nasce a coleção de livros de leitura denominada “Série Fontes”, que almejava, por meio da docilidade dos corpos, obediência e oração projetar um modelo de sociedade. Fazendo-se presente em suas páginas trechos que enaltecem o labor, como “Só o trabalho dignifica o homem”, são fragmentos assim que aparecem nas lições dos livros da Série Fontes e que serão vistos a seguir.

O trabalho

Menino olha em redor de ti: tudo trabalha, tudo convida ao trabalho.

Os homens trabalham. Uns são lavradores, outros ferreiros, outros carpinteiros, sapateiros, negociantes, médicos, professores, soldados. E em muitos outros serviços se ocupam os homens.

Os animais também trabalham. Todos eles, grandes e pequenos, se ocupam em alguma coisa.

– Vê como a abelha e a formiga trabalham sem descansar!

As plantas também trabalham e nos dão comida, roupa, casa, fogo e muitas outras coisas.

O Sol, o vento, o mar, os rios e as nuvens também trabalham.

Trabalha também tu, meu menino!

Só pelo trabalho poderás aprender, só pelo trabalho te prepararás para ser um homem útil (FONTES, 1920a, p. 3).

Essa lição é o texto que abre a Série Fontes, presente no livro destinado às classes da primeira série do Ensino Primário. Nela percebe-se a valorização do trabalho nas mais variadas profissões, além de salientar que todos exercem algum tipo de função, desde os animais até as plantas. Ao final chama o leitor para o trabalho, certificando que isso o tornaria útil, remetendo a lembrar que, desse modo, o personagem estaria alcançando um dos quesitos necessários para tornar o homem digno, já que o trabalho, quando não é recompensado com um bom dinheiro, é pago com a gratidão eterna que alimenta o cidadão, chegando ao ápice da alma. Segundo Nosella (1981, p. 112), “[...] o trabalho é considerado uma das maiores virtudes que pode o indivíduo possuir, pois esta virtude será sempre recompensada com a abundância, com a riqueza”.

Outra questão que se pode levantar para a discussão é a frase: “Só pelo trabalho poderás aprender” (FONTES, 1920a, p. 3). Em princípio, ela reforça em quem a lê o sentido de que só por meio do trabalho é que se tem aprendizado, por isso, o importante é ter uma profissão. Pode-se destacar que, no início do século XX, a escola foi se moldando aos princípios do trabalho, e os setores industrial e comercial, em vários momentos, requeriam a formação de mão de obra qualificada, ao ponto de o Estado começar a produzir o “capital humano” de que esses setores precisavam, ensinando nas escolas os conhecimentos fundamentais que os indivíduos careceriam para desempenhar atividades produtivas em suas profissões e seus empregos. Seria o formar direcionado, cursos voltados para determinadas áreas ou por meio de pequenas inserções no ensino regular, como no caso da Série Fontes.

Uma das leituras do *Terceiro livro*, a de nº 46, de autoria de C. Wagner, cujo título é “O que devemos aos que trabalham” (FONTES, 1930, p. 40), aborda a temática da gratidão que se deve ter aos que desempenham alguma função laboriosa na sociedade, pois, conforme o texto, tais esforços fazem do homem um ser menos bruto e, além disso, os seres mais brutos também trabalham (exemplo do texto: formigas e abelhas).

Necessidade de trabalho

Mariazinha achou uma vez uma noz. Ela tinha ouvido dizer que as nozes eram muito gostosas, e por isso levou-a à boca. Mas achou-a tão dura que pensou em pô-la fora.

– Chi! É dura como uma pedra! Quem pode comer isto?

Nesta ocasião chegou Augusto, irmão mais velho de Mariazinha, e, tomando a noz, lhe disse:

– Olha, Mariazinha, sem um pouco de trabalho não se pode conseguir nada; é preciso não desanimar logo no começo. Para comeres a noz, primeiro deves quebrar a casca, assim. Vês? Aqui está a amêndoa. Toma!

Mariazinha recebeu do irmão a amêndoa, comeu-a e teve de declarar que era deliciosa.

Augusto, acariciando a irmãzinha, disse:

– Vês, minha irmã? Tudo na vida é assim. Nada se pode conseguir sem esforço nem trabalho (FONTES, 1920c, p. 5).

No *Segundo livro*, tem-se a lição intitulada “Necessidade de trabalho”, descrita acima, em que fica evidente a inevitabilidade do trabalho até em tarefas simples e não remuneradas, dando a entender que o trabalho — inserido em todos os momentos e lugares, desde as tarefas domésticas e o estudo até a alimentação — necessita de algum

tipo de trabalho e esforço. No *Terceiro livro* da Coleção encontra-se uma lição que diz: “Ama o trabalho; se não precisares dele para o teu sustento, poderás necessitar para a tua saúde” (FONTES, 1930, p. 31), ou seja, quando se trabalha com amor, o labor torna-se um *hobby*, uma diversão, algo que contribui saudavelmente à vida, causador de extrema alegria e satisfação.

33. O trabalho, lei universal

Marco Aurélio

Pela manhã, quando achares penoso o sair do leito, faz esta reflexão: é para agir como homem, que desperto. Hei de me lamentar, porque vou fazer aquilo que é a minha própria razão de ser e para o que fui lançado no mundo? Teria eu nascido, porventura, para dormir? Seria mais agradável...

Nasci eu, porém, apenas para o prazer? Não, mas para agir, para desenvolver minha energia.

Considero as plantas, os pássaros, as formigas, as aranhas, as abelhas: todos desempenham sua função própria e contribuem para a harmonia do mundo. E eu, eu me recuso a executar a missão de um homem? Não corro a fazer aquilo que minha própria natureza reclama?

– Mas é preciso também repousar...

– Sem dúvida! Mas a natureza fixou limites à necessidade do repouso; fixou-os igualmente para o beber e o comer. E eu vou além desses limites, não me detenho naquilo que me deve bastar. Trata-se, porém, de trabalho? Então é outro caso, e fico aquém do possível (FONTES, 1930, p. 28-29).

Algo que se constata nos textos é a ideia de que, mesmo o indivíduo não tendo o porte físico ou o biótipo necessário para exercer determinada função, poderá desempenhar outra profissão e por meio dela obter os lucros e a abundância, ou seja, cada um deve procurar qual papel irá ocupar na sociedade e, dessa forma, contribuir economicamente. Outro ponto é a distorção em relação aos lucros que os indivíduos irão adquirir com a sua força de trabalho. As leituras não fazem referências às necessidades requeridas, como a de como acumular capital para tal feito, que trajetória é primordial, porém, há textos que relatam a existência de personagens que trabalham durante toda a sua vida produtiva e ao final não alcançam os lucros ou bens materiais, apenas o cansaço e as doenças oriundas do labor. Eis aí um ponto dúbio, já que existe a exaltação do trabalho como algo que dá vigor e muita saúde aos indivíduos. Sem contar que não há exemplificação ou qualquer demonstração explícita da problemática relação entre os padrões e proletários.

Os textos “Necessidade de trabalho” (FONTES, 1920c, p. 5) e “O trabalho, lei universal” (FONTES, 1930, p. 28-29) descrevem as profissões como se todas tivessem o

mesmo valor, *status* e oportunidade de “vencer” na vida. As leituras trazem as profissões sem distinções, pois todas exercem algo fundamental: ajudam na construção da pátria.

Como se não houvesse uma grande diferença entre o trabalho intelectual e o trabalho braçal dentro da estrutura de classes da sociedade capitalista, como quer dissimular a ideologia dominante. [...] Mascaram as verdadeiras causas, que são as diferenças socioeconômicas (NOSELLA, 1981, p. 119).

Essa questão chama a atenção para o público que frequentava a escola, que em grande parte era composta por aqueles que conseguiam manter seus filhos regularmente, que não dependiam da mão de obra destes em seus negócios, como na agricultura, no comércio, entre outros. Isso explica que, mesmo com elevados investimentos por parte do Estado na construção e ampliação de prédios escolares, eles ainda registravam elevados índices de reprovações e abandono, ou estavam reservados àqueles que ocupavam as cidades.

Por outro lado, a Série Fontes relata que todos os indivíduos podem e devem aspirar a posições ou profissões importantes e lucrativas, no entanto, tem-se a incumbência de exercer qualquer profissão, pois a sociedade carece do desempenho de todos os papéis. Observa-se que, na Série Fontes, apresentam-se mensagens embutidas de que a riqueza não traz felicidade, de que é possível ser muito feliz e contente vivendo em extrema pobreza, até passando fome. O discurso

altamente alienante [...] propõe que a riqueza não resolve os problemas dos indivíduos [...] tal mensagem ideológica pretende impedir que as crianças pertencentes a uma sociedade capitalista questionem a posição socioeconômica privilegiada de uma minoria rica [...] (NOSELLA, 1981, p. 128).

Algumas questões capturadas nos discursos da Série Fontes possibilitam inúmeras reflexões sobre o processo de escolarização brasileira, em meio a todos os embates e a todas as tensões que as escolas são palco. Evidenciam-se, ainda, na narrativa desses livros didáticos, a construção de preceitos de civilidade e os modelos que se desejam inculcar em meio a seus conteúdos. Trazem à superfície espaços de memórias que parecem não ficar no passado, se em novas roupagens e como novos elementos que estão no horizonte dos debates educacionais do presente.

“ORE”: A INSTRUÇÃO RELIGIOSA, DE CUNHO CATÓLICO, NOS TEXTOS DE LEITURA

Na observação dos 394 textos dos quatro livros analisados da Série Fontes, 54 deles abordam ensinamentos religiosos, o que corresponde a, aproximadamente, 13,7% do total, conforme estão evidenciados na Tabela 1 – Proporção de lições nos livros.

Tabela 1 – Proporção de lições nos livros

Livro	Total de lições	Lições com temática religiosa
Primeiro	38	07
Segundo	87	13
Terceiro	84	19
Quarto	85	15
Total	391	54

Fonte: Elaborada pelos autores (2021), com base nos livros da Série Fontes.

Outro dado importante constatado no *Terceiro livro* é o maior número de textos com o discurso religioso: um total de 19, chegando em torno de 35,18% da soma de todas as lições. Tais ensinamentos religiosos estão ligados, sobretudo, à religião católica, doutrina seguida e defendida pelo autor, podendo ser observados nas análises a seguir.

O texto nº 77 do *Segundo livro* traz aspectos diversos ligados a Deus, entre eles as riquezas naturais, derivadas do ufanismo nacionalista, e os benefícios de uma boa família. Além disso, percebe-se, em determinadas frases, a condução do leitor para que note a presença de Deus.

E tenho olhos também
Pra minha mãe e meu pai;
E para avistar além
O Ser de quem tudo sai,
Que fulgura lá nos céus,
Com mil troféus ao redor:
O Ser que se chama Deus,
Pai da Justiça e do amor (FONTES, 1920c, p. 54-55).

Outros textos, como a lição a seguir, versam sobre as questões religiosas relacionadas às temáticas da moral, do nacionalismo e do civismo, bem como às vertentes interligadas.

Anchieta

Mário de Lima

Uivam feras na terra ainda inculta e feraz,
Fremente a floresta ao som de inúbias e borés...
E os pajés de Jesus, entre os demais pajés,
Nas tribos vão semeando a Crença, a Luz, a Paz.
Tu, sobre todos, tu, Apóstolo tenaz,
De uma raça infeliz intrépido Moisés,
Deixavas um clarão onde punhas os pés,
Na catequização do indígena voraz.

Plantaste no sertão mais uma árvore - a Cruz;
E, milagroso e bom como o poeta de Assis,
Escrevias na areia, hinos, poemas, a flux...

A sombra do teu vulto estendeu-se até nós...
Hoje a posteridade inteira te bendiz,
Bandeirante da Fé, na ara dos manitós (FONTES, 1920c, p. 22-23).

A lição acima descreve a fé de um homem em busca do desbravamento do interior do país. Em meio às “formidades da natureza” e “indígenas vorazes”, Anchieta conta com a proteção divina, bem como objetiva semear —“espontaneamente” — a crença em Deus, além de expor a importância do catolicismo na formação da nação.

Já em alguns textos encontra-se apenas a menção, como solicitações de bênção, saúde e bem-estar proporcionadas por figuras de ordem divinas. Em suma, lições como as do *Primeiro livro*, a nº 5, “Alegria de um estudante” e a nº 14, “No aniversário de papai” (FONTES, 1920a, p. 4-7), apresentam ligações com a família no caminho da moral, da obediência — em especial à submissão ao pai — e o respeito para com os avós, pais, irmãos, entre outros membros, além de promessas de bom comportamento e dedicação.

Alegria de um estudante

Vítor

Minha querida mãe.

Dê-me a sua bênção.

Eu estou muito contente, porque já sei ler e também vou escrevendo.

Já acabei a Cartilha.

Estou agora no Primeiro Livro.

Vou-me esforçar para aprender a ler muito bem.

Então poderei aproveitar os lindos livros que Papai tem e poderei também ler os jornais.

Minha boa Mãezinha, dê muitas saudades a Papai e aos meus queridos irmãos.

À senhora, a Papai e a eles peço que Deus dê muita saúde.

Creia, minha boa Mãe, que nunca, nunca se esquece da Senhora o seu filho, que lhe beija as mãos (FONTES, 1920a, p. 4).

Em outras lições, percebe-se a presença da caridade como algo que “enaltece o cidadão”, ao ponto de torná-lo um “homem de bem”. Lições como a nº 69, de Rita M. Barreto, presente no *Quarto livro*, abordam a necessidade: “A Caridade abraça-se com a Fé. Mas não há Fé, sem Caridade, e aquele que se transvia da Fé, que lhe esquece a porta, achará outra vez o ingresso à Fé pelo caminho da Caridade” (FONTES, 1936, p. 53-55). Ou a afirmação de Paulo Mantegazza, “Ninguém é tão pobre que não possa fazer algum bem”, colocada logo após a lição nº 27 do *Terceiro livro*, intitulada “Não condenemos sem provas”, de autoria de Rita Barreto (FONTES, 1930, p. 24-25). Outro texto que se pode considerar é o nº 16 do *Primeiro livro*, intitulado “Caridade”.

À porta de tua casa.
Nunca bata o pobre em vão,
Manda Deus que lhe repartas
Do teu teto e do teu pão! (FONTES, 1920a, p. 7).

Segundo Silva Filho (2013, p. 353), “[...] na Série como um todo, aparecem com alguma frequência discursos de valorização de duas das chamadas virtudes teológicas, a fé e a caridade”. Em alguns dos textos, foi observada a ligação das virtudes teológicas com a instrução escolar, além de preceitos de obediência e ligadas às temáticas da moral e do civismo. De acordo com Aragão e Freitas (2011, p. 163),

Histórias de cunho moral são encontradas em livros didáticos e infantis, disseminados tanto nas escolas quanto pela família. Reuniões em torno da mesa para ouvir os contos da avó, as histórias antes de dormir, a hora do conto nas aulas de educação infantil.

Por meio de diferentes estratégias, como contos, lições e fábulas, tinha-se em mente o desejo da leitura de esses livros servirem como difusor do projeto para o bom comportamento.

Determinadas lições trazem contextos inerentes ao processo de ensino, muitas abordam a questão da obediência ao professor e noções de sucesso na aprendizagem decorrentes de esforços e empenhos, ambos dignos de agradecimentos a Deus, a chamada Gratidão Divina pela proteção recebida. Lições como a nº 5, “Ao entrar na aula”, do *Primeiro livro*, e a nº 1, “Oração do educador”, do *Terceiro livro*, apresentam os aspectos mencionados acima.

Ao entrar na aula

Afonso Celso

Bom dia! Bom dia!
Começa o labor,
Produz alegria
Do estudo ao fervor,
Meu mestre, meu guia,
Meu bom professor!
Ninguém de improviso
Consegue saber.
Na vida é preciso,
Lutar, aprender.
Quem fica indeciso
Não pode vencer.
É vão todo o ensino
Que a Deus não conduz;
Por isso me inclino,
Pedindo que a luz
Do auxílio divino
Me tragas, Jesus! (FONTES, 1920a, p. 5-6).

A “Oração do educador” chama atenção para aspectos que vão além das narrativas de civilizar os corpos e as mentes das crianças: materializa-se um discurso que também projeta e idealiza um bom professor “aquele/a que produz com alegria e fervor”, ou seja, que atende a um chamado republicano de um Estado moderno, que segue os conhecimentos científicos e que é conduzido por Deus. Observa-se, no trecho acima, a profusão de elementos do trabalho, da religiosidade e da figura do professor, que cumpre um papel especial nessa sociedade que rumava à modernidade.

Na lição nº 83, “A águia e o sol”, do *Quarto livro*, traz aspectos relacionados à superioridade divina, à visão de um patamar mais alto, à diferença entre os seres e à igualdade perante Deus. O texto também remete à ciência como submissa ou inferior ao poder divino, são reconhecidos os conhecimentos oriundos da ciência, mas pouco valem diante da presença divina, quem criou todas as coisas do universo. É a insignificância do universo comparada ao tamanho de Deus. Por último, destaca-se a necessidade de um ser superior a tudo e a todos, esse ser seria capaz de equalizar e amenizar os problemas enfrentados dentro da sociedade, como os conflitos de classes sociais ou entre os indivíduos, algo que para os grupos hegemônicos seria de bom uso, por facilitar o controle da população.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Marcado por mudanças efêmeras e outras incessantes, o período de circulação da Série Fontes constituiu-se por evidências da transição do sistema de governo nacional, de império para república, pelo processo de industrialização e urbanização do país, marcando um novo momento: o foco era o moderno e a civilização. Em todo o país ocorreram modificações e adaptações ao modelo nacional republicano industrial, entre elas a educação que, na época, passou por diversas transformações. É nesse período que se gestou a Série Fontes no estado de Santa Catarina que, acatando a ordem nacional, começa a reorganização da instrução pública, obedecendo, em partes, às novas diretrizes nacionais ou correntes ideológicas dominantes.

Constatou-se que a Série Fontes assim foi gestada, com algumas características que muito chamam a atenção de quem pesquisa e de quem a lê. As lições são de cunho ideológico forte, preocupadas em formar o cidadão brasileiro, trabalhador e obediente aos poderes das instituições e da classe dominante. Tais preceitos, embutidos nas entrelinhas ou apresentados explicitamente, eram de ordem circundante nos ideais do higienismo e da eugenia pertencentes ao movimento nacional que figurava no período, contudo a Série diferenciava-se da questão nacional por abordar a religião católica e não permanecer respeitando o ensino laico determinado na Constituição Federal Brasileira (BRASIL, 1891).

A educação da ocasião foi pensada como instrumento capaz de difundir as visões dos governantes, entre elas as ideologias dominantes oriundas dos movimentos higienista e eugênico. Em Santa Catarina, a adoção da Série Fontes foi uma das estratégias de propagação do higienismo e da eugenia, principalmente dos preceitos ligados ao trabalho e à religião católica. Nas palavras de Nosella (1981, p. 13, grifos originais),

[...] a ideologia dominante (como “a maneira” de conhecer o mundo) não opera apenas enquanto maneira de as pessoas representarem o mundo, mas constitui elemento intrínseco às estruturas da personalidade das crianças, ao mesmo tempo que atua como elemento estruturador dessa personalidade.

Nas escolas estaduais catarinenses, nos anos em que exemplares da Série Fontes circulavam (1920-1950), figuram os princípios ideológicos do higienismo e da eugenia, como o bom cidadão, obediente, trabalhador, estudioso, dedicado, amoroso, respeitador, bom

filho, honrado etc. O destaque é voltado para o comportamento moral e cívico, além dos cuidados com a saúde e higiene do meio em que vive. Observa-se que diversas lições versam sobre as questões religiosas conexas às temáticas da moral, do nacionalismo e do civismo. A presença nos livros de frases, como “Primeira prova de amor é a obediência” e “Os meninos desobedientes são castigados”, é de suma importância, contribuindo para que os alunos incorporassem subjetivamente valores de que o país estava “precisando”: a dita “ordem” para o “progresso” (FONTES, 1920b).

Identificou-se a necessidade de novas pesquisas com temas ligados ao gênero e à sexualidade na Série Fontes, assim como a influência desempenhada por Henrique Fontes na instrução catarinense, as produções escritas por ele e as afinidades do autor e dos livros com o movimento higienista e de eugenia.

Por fim, investigar a história da Série Fontes e os seus conteúdos produz diferentes efeitos no pesquisador do tempo presente, pois são documentos do passado, analisados sob os olhares do presente, que buscam construir uma narrativa e que permitem aproximações com o período por meio do que ele materializa em suas páginas como intenção, ou seja, “O manual funciona assim, ao mesmo tempo, como um filtro e como um prisma: revela bem mais a imagem que a sociedade quer dar de si mesma do que sua verdadeira face” (CHOPPIN, 2002, p. 18). Suas imagens carregam representações intencionalidades e as impressões de cada época.

REFERÊNCIAS

ARAGÃO, Milena; FREITAS, Gonçalves Bueno de. Discursos morais no periódico “Folha da Escola” (1940): representações infantis. **Revista Pedagógica**, Chapecó, v. 13, n. 26, p. 161-183, jan./jun. 2011. Disponível em: <https://bell.unochapeco.edu.br/revistas/index.php/pedagogica/article/view/1269>. Acesso em: 6 jun. 2021.

AURAS, Gladys Mary Ghizoni Teive. **“Uma vez normalista, sempre normalista”**: cultura escolar e produção de um *habitus* pedagógico (Escola Normal Catarinense – 1911/1935). Florianópolis: Insular, 2008.

BRASIL. **Constituição da República dos Estados Unidos do Brasil**. Nós, os representantes do povo brasileiro, reunidos em Congresso Constituinte, para organizar um regime livre e democrático, estabelecemos, decretamos e promulgamos a seguinte. Rio de Janeiro: Congresso Nacional Constituinte, 1891. Disponível em:

http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao091.htm. Acesso em: 27 maio 2021.

CHOPPIN, Alain. História dos livros e das edições didáticas: sobre o estado da arte. **Revista Educação e Pesquisa**, São Paulo, v. 30, n. 3, p. 549-566, set./dez. 2004.

CUNHA, Idaulo José. A indústria catarinense no século XX. In: CORRÊA, Carlos Humberto Pederneiras (org.). **A realidade catarinense no século XX**. Florianópolis: Instituto Histórico e Geográfico de Santa Catarina, 2000. p. 275-306.

DORIA, Antonio de Sampaio. **O que o cidadão deve saber**: manual de instrução cívica. São Paulo: Olegário Ribeiro & C., 1919.

FONTES, Henrique da Silva. **Primeiro livro de leitura**. Florianópolis: Cysne, 1920a. (Série Fontes)

FONTES, Henrique da Silva. **Cartilha popular**. Florianópolis: Cysne, 1920b. (Série Fontes)

FONTES, Henrique da Silva. **Segundo livro de leitura**. Florianópolis: Cysne, 1920c. (Série Fontes)

FONTES, Henrique da Silva. **Primeiro livro de leitura**. Florianópolis: Cysne, 1921. (Série Fontes)

FONTES, Henrique da Silva. **Terceiro livro de leitura**. Florianópolis: Cysne, 1930. (Série Fontes)

FONTES, Henrique da Silva. **Quarto livro de leitura**. Florianópolis: Cysne, 1936. (Série Fontes)

FONTES, Henrique da Silva. O ensino religioso nas escolas. À Época, Florianópolis, 12 jun. 1915. In: PROCHNOW, Denise de Paulo Matias. **As lições da Série Fontes no contexto da Reforma Orestes Guimarães em Santa Catarina (1911-1935)**. 2009. Dissertação (Mestrado em Educação) – Udesc, Florianópolis, 2009.

NOSELLA, Maria de Lourdes. Chagas Deiró. **As belas mentiras**: a ideologia subjacente aos textos didáticos. São Paulo: Moraes, 1981.

PROCHNOW, Denise de Paulo Matias. **As lições da Série Fontes no contexto da Reforma Orestes Guimarães em Santa Catarina (1911-1935)**. 2009. Dissertação (Mestrado em Educação) – Udesc, Florianópolis, 2009.

SILVA, Nicholas Cardoso Gomes da. **Série Fontes**: reflexões sobre as ideologias presentes nos textos de leitura. 2016. Dissertação (Mestrado em Educação) – Unisul, Tubarão, 2016.

SILVA FILHO, Vidomar. **A Série Didática Fontes**: autoria e ato ético. 2013. Tese (Doutorado em Linguística Aplicada) – UFSC, Florianópolis, 2013.

TEIVE, Gladys Mary Ghizoni; DALLABRIDA, Norberto. **A escola da República**: os grupos escolares e a modernização do ensino primário em Santa Catarina (1911-1918). Campinas: Mercado de Letras, 2011.

XAVIER, Maria Elizabete Sampaio Prado. **Capitalismo e escola no Brasil**: a constituição do liberalismo em ideologia educacional e as reformas do ensino (1931-1961). Campinas: Papirus, 1990.

Enviado em: 27-06-2021

Aceito em: 11-10-2021

Publicado em: 1012-2021